



CEM

CADERNO DE EXERCÍCIOS *MASTER*

Legislação Penal Extravagante

Polícia Rodoviária Federal

Período: 2008 - 2017

Sumário

Legislação Penal Extravagante.....	3
Decreto-Lei nº 3.688/1941 - Lei das Contravenções Penais.....	3
Lei nº 4.898/1965 - Lei de Abuso de Autoridade.....	3
Lei nº 7.716/1989 - Crimes de Preconceito de Raça ou Cor	4
Lei nº 8.072/1990 - Crimes Hediondos.....	4
Lei nº 9.455/1997 - Crimes de Tortura.....	4
Lei nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro (crimes).....	4
Lei nº 9.605/98 - Lei do Meio Ambiente (crimes)	6
Lei nº 10.826/2003 - Estatuto do Desarmamento.....	7
Lei nº 11.340/2006 - Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei Maria da Penha).....	7
Lei nº 11.343/2006 - Lei de Drogas	7
Lei nº 12.850/2013 (Antiga lei 9.034/1995) - Crime Organizado	8
Gabarito	8

Legislação Penal Extravagante

Decreto-Lei nº 3.688/1941 - Lei das Contravenções Penais

1) CESPE - PRF/PRF/2013

A respeito das contravenções penais e da lei que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, julgue o item subsequente.

Considere que determinado cidadão esteja usando publicamente uniforme de PRF, função pública que ele não exerce. Nessa situação, para que esse cidadão responda por contravenção penal, é necessário que sua conduta cause efetivo prejuízo para o Estado ou para outra pessoa.

Certo

Errado

Lei nº 4.898/1965 - Lei de Abuso de Autoridade

2) FUNRIO - PRF/PRF/2009

A lei n.º 4.898/65 regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade. O abuso de autoridade sujeitará o seu autor à sanção administrativa civil e penal.

Dessa forma, constitui também abuso de autoridade

- a) ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder.
- b) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento autorizado em lei.
- c) comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa;
- d) deixar o Juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção legal que lhe seja comunicada.
- e) cobrar o carcereiro ou agente de autoridade policial carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, desde que a cobrança tenha apoio em lei, quer quanto à espécie quer quanto ao seu valor.

3) CESPE - PRF/PRF/2013

No que concerne ao abuso de autoridade e ao Estatuto do Desarmamento, julgue o item a seguir. Considere que um PRF aborde o condutor de um veículo por este trafegar acima da velocidade permitida em rodovia federal. Nessa situação, se demorar em autuar o condutor, o policial poderá responder por abuso de autoridade, ainda que culposamente.

Certo
Errado

Lei nº 7.716/1989 - Crimes de Preconceito de Raça ou Cor

4) CESPE - PRF/PRF/2013

Julgue o item seguinte, relativo à lei do crime organizado e a crimes resultantes de preconceitos de raça e cor.

Constitui crime o fato de determinado clube social recusar a admissão de um cidadão em razão de preconceito de raça, salvo se o respectivo estatuto atribuir à diretoria a faculdade de recusar propostas de admissão, sem declinação de motivos.

Certo
Errado

Lei nº 8.072/1990 - Crimes Hediondos

5) CESPE - PRF/PRF/2013

No que se refere aos delitos previstos na parte especial do CP, julgue o item.

Considera-se crime hediondo o homicídio culposo na condução de veículo automotor, quando comprovada a embriaguez do condutor.

Certo
Errado

Lei nº 9.455/1997 - Crimes de Tortura

6) CESPE - PRF/PRF/2013

Com fundamento na legislação que define os crimes de tortura e de tráfico de pessoas, julgue o item a seguir.

Para que um cidadão seja processado e julgado por crime de tortura, é prescindível que esse crime deixe vestígios de ordem física.

Certo
Errado

Lei nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro (crimes)

7) CESPE - PRF/PRF/2008

De acordo com o CTB, assinale a opção correta acerca das ações penais por crimes cometidos na direção de veículos automotores.

a) Em nenhuma hipótese se admite a aplicação aos crimes de trânsito de disposições previstas na

lei que dispõe sobre os juizados especiais criminais.

b) A suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor pode ser imposta como penalidade principal, mas sempre de forma isolada, sendo vedada a aplicação cumulativa com outras penalidades.

c) A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor tem a duração de dois anos.

d) Transitada em julgado a sentença condenatória, o réu será intimado a entregar à autoridade judiciária, em 24 horas, a permissão para dirigir ou a CNH.

e) Ao condutor de veículo, nos casos de acidentes de trânsito de que resulte vítima, não se imporá a prisão em flagrante, nem se exigirá fiança, se ele prestar pronto e integral socorro àquela.

8) FUNRIO - PRF/PRE/2009

No dia 15 de junho de 2007, por volta das 09h, pela Avenida Canal, proximidades do "Atacadão Rio do Peixe", José Antônio, guiando o veículo ônibus, ano 1998, de cor branca, provocou atropelamento contra Marinalva, que pedalava uma bicicleta próximo à guia da calçada, sofrendo traumatismos generalizados. O socorro foi prestado por solicitação de populares do SAMU ao Hospital Regional de Urgência e Emergência de Campina Grande, e o infrator se evadiu.

No que se refere à conduta praticada, uma vez que o infrator se evadiu sem prestar socorro à vítima, é correto afirmar que o condutor

a) não merece aplicação, em tese, do aumento de pena daí decorrente, conforme estipulado pela Lei nº 9503/97.

b) merece aplicação, em tese, do aumento de pena daí decorrente, conforme estipulado pela Lei nº 9503/97.

c) não merece aplicação do aumento de pena daí decorrente, uma vez que a vítima não era pedestre, conforme estipulado pela Lei nº 9503/97.

d) merece aplicação, em tese, do aumento de pena daí decorrente, se testemunhas confirmarem que ele conduzia o veículo em alta velocidade, sendo irrelevante a não prestação de socorro, conforme estipulado pela Lei nº 9503/97.

e) merece aplicação, em tese, do aumento de pena daí decorrente, se testemunhas confirmarem que ele conduzia em aparente estado de embriaguez, conforme estipulado pela Lei nº 9503/97.

9) FUNRIO - PRF/PRE/2009

João e Maria são casados e residem em uma fazenda. Maria está no final de sua gestação e terá seu filho na maternidade de um município próximo. Quando Maria entra em trabalho de parto, João a leva de carro para a maternidade. Contudo, como Maria sente muita dor, e João está nervoso, ele dirige seu veículo na rodovia imprimindo velocidade superior à permitida. Ao fazer uma ultrapassagem perigosa, João provoca um acidente e mata o motorista do outro veículo.

Analise a situação penal de João.

a) João cometeu o crime de homicídio culposo.

- b) João cometeu o crime de lesão corporal seguida de morte.
- c) João não cometeu nenhum crime, pois agiu em estado de necessidade.
- d) João cometeu o crime de direção perigosa.
- e) João cometeu o crime de homicídio privilegiado.

Lei nº 9.605/98 - Lei do Meio Ambiente (crimes)

10) FUNRIO - PRF/PRE/2009

A Lei 9.605/98 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Assim, dispõe que quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixe de impedir a sua prática, quando puder agir para evitá-la.

Neste sentido, é correto afirmar que

- a) as pessoas jurídicas serão responsabilizadas somente na esfera administrativa e civil conforme o disposto na lei 9.605/98, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.
- b) a responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.
- c) as pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto na lei 9.605/98, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.
- d) a pessoa física poderá ser desconsiderada sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
- e) o Juiz deverá desconsiderar a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

11) CESPE - PRF/PRE/2013

Com fundamento na lei que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher – Lei Maria da Penha – e na Lei dos Crimes Ambientais, julgue o próximo item.

Responderá por crime contra a flora o indivíduo que cortar árvore em floresta considerada de preservação permanente, independentemente de ter permissão para cortá-la, e, caso a tenha, quem lhe concedeu a permissão também estará sujeito às penalidades do respectivo crime.

Certo

Errado

Lei nº 10.826/2003 - Estatuto do Desarmamento

12) CESPE - PRF/PRE/2013

No que concerne ao abuso de autoridade e ao Estatuto do Desarmamento, julgue o item a seguir.

Supondo que determinado cidadão seja responsável pela segurança de estrangeiros em visita ao Brasil e necessite de porte de arma, a concessão da respectiva autorização será de competência do ministro da Justiça.

Certo

Errado

Lei nº 11.340/2006 - Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei Maria da Penha)

13) CESPE - PRF/PRE/2013

Com fundamento na lei que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher – Lei Maria da Penha – e na Lei dos Crimes Ambientais, julgue o próximo item.

Considerando que, inconformado com o término do namoro de mais de vinte anos, José tenha agredido sua ex-namorada Maria, com quem não coabitava, ele estará sujeito à aplicação da lei de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, conhecida como Lei Maria da Penha.

Certo

Errado

Lei nº 11.343/2006 - Lei de Drogas

14) FUNRIO - PRF/PRE/2009

Um motorista é interceptado pela Polícia Rodoviária Federal transportando matéria-prima destinada à preparação de drogas.

Para efetuar tal transporte

- a) é indispensável apresentar apenas licença prévia da autoridade competente.
- b) é indispensável apresentar somente nota fiscal da origem e registro do comprador do produto.
- c) é necessário apresentar somente nota fiscal da origem do produto.
- d) é necessário apresentar registro do comprador do produto, independente da apresentação da licença prévia.
- e) é indispensável apresentar licença prévia da autoridade competente, observadas as demais exigências legais.

15) CESPE - PRF/PRF/2013

A respeito das contravenções penais e da lei que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, julgue o item subsequente.

Caso uma pessoa injete em seu próprio organismo substância entorpecente e, em seguida, seja encontrada por policiais, ainda que os agentes não encontrem substâncias entorpecentes em poder dessa pessoa, ela estará sujeita às penas de advertência, prestação de serviço à comunidade ou medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

Certo

Errado

Lei nº 12.850/2013 (Antiga lei 9.034/1995) - Crime Organizado

16) CESPE - PRF/PRF/2013

Julgue o item seguinte, relativo à lei do crime organizado e a crimes resultantes de preconceitos de raça e cor.

Durante o inquérito policial, é necessária a autorização judicial para que um agente policial se infiltre em organização criminosa com fins investigativos.

Certo

Errado

Gabarito

1) Errado	2) A	3) Errado	4) Errado	5) Errado
6) Certo	7) E	8) B	9) A	10) C
11) Errado	12) Errado	13) Certo	14) E	15) Errado
16) Certo				

